

Brenda D. Phillips, Deborah S.K. Thomas, Alice Fothergill, Lynn Blinn-Pike (orgs.), *Social Vulnerability to Disasters*.

Susana Freiria



Electronic version

URL: <http://rccs.revues.org/1400>

ISSN: 2182-7435

Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Printed version

Date of publication: 1 juin 2011

Number of pages: 198-199

ISSN: 0254-1106

Electronic reference

Susana Freiria, « Brenda D. Phillips, Deborah S.K. Thomas, Alice Fothergill, Lynn Blinn-Pike (orgs.), *Social Vulnerability to Disasters*. », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 93 | 2011, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 05 Outubro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/1400>

The text is a facsimile of the print edition.



Recensões

Aven, Terje; Renn, Ortwin (2010), *Risk Management and Governance. Concepts, Guidelines and Applications*. Coleção *Risk, Governance and Society*. Berlin: Springer, 276 pp.

Risk Management and Governance é um guia que explora as conexões entre o risco – e as diversas formas que este assume – e os processos de decisão a ele relativos. Como diz o título, trata-se com efeito de uma obra que discute e propõe conceitos e directrizes e apresenta exemplos de aplicação de gestão e governação do risco. O distinto percurso académico e profissional dos autores confere-lhes a condição complementar para se lançarem na discussão integradora e aprofundada sobre este tema: Aven, com caminho percorrido nas áreas da engenharia e da análise estatística, e Renn na área das ciências sociais. A interdisciplinaridade – ou como referem os autores, a transdisciplinaridade – que deve caracterizar os processos de gestão e governação do risco está na base da construção do livro, que tem como um dos seus maiores objectivos o lançamento de pontes entre estes dois campos da ciência, essenciais para uma melhor avaliação e gestão do risco.

É oportuno esclarecer, como o fazem Aven e Renn, que o livro assume o modelo cíclico de governação do risco proposto pelo *International Risk Governance Council* (IRGC) em 2005,¹ que propõe metodologias para lidar com a complexidade, a incerteza e a ambiguidade inerente ao risco. Em 2008, Aven já havia abordado a problemática da incerteza

na avaliação do risco em *Risk Analysis. Assessing Uncertainties beyond Expected Values and Probabilities*, e mais recentemente, em 2010, aprofunda este tema em *Misconceptions of Risk*, onde examina as concepções do risco e propõe linhas de orientação quanto a avaliação do risco, percepção, princípios precaucionários e processos de decisão em contexto de incerteza. Quanto a Renn, do seu vasto percurso e experiência no campo do risco, poder-se-ia mencionar a autoria em 2008 de *Risk Governance: Coping with Uncertainty in a Complex World*, em que aborda a relevância da governação, mais que a gestão do risco nas sociedades modernas, sendo uma obra de certo modo precursora daquela que se apresenta.

Risk Management and Governance desenvolve-se de acordo com uma estrutura clara e bem definida ao longo de 14 capítulos que se podem organizar em três núcleos principais: um constituído pelos quatro capítulos iniciais, que versam sobre conceitos e perspectivas de gestão e governação do risco, apresentando o modelo de governação do risco posteriormente explicado; um núcleo composto pelos capítulos 5 a 10, onde esse modelo é descrito e discutido; e um núcleo final, onde se apresentam estudos de caso de aplicação do modelo proposto.

No primeiro capítulo faz-se uma ampla e interessante discussão sobre os múltiplos conceitos de risco, desde os mais realistas e objectivos aos mais construtivistas. No final, é sugerido um conceito de risco, “alternativo” ao de Rosa (1998

¹ IRGC (2005). “Risk Governance: Towards an integrative approach”. White Paper No. 1, O. Renn com Anexo de P. Graham. Genebra: International Risk Governance Council.

e 2003):² “Risk refers to uncertainty about and severity of the events and consequences (or outcomes) of an activity with respect to something that humans value” (p. 8). Neste conceito, a análise probabilística surge como uma ferramenta que procura expressar a incerteza. Enuncia-se de seguida uma classificação do risco que acompanha e estrutura todos os restantes capítulos, baseada em três aspectos: a complexidade, a incerteza e a ambiguidade. O 10.º capítulo, por exemplo, dedicado ao envolvimento público e de *stakeholders*, assenta nesta classificação toda a explanação dos métodos de envolvimento e discussão dos actores envolvidos, propondo a aplicação de discursos epistemológicos, reflexivos ou participativos, conforme os riscos são classificados como de elevada complexidade, incerteza e ambiguidade, respectivamente.

No 2.º capítulo explanam-se as características do risco no mundo moderno, salientando os desafios à governação do risco: crescimento demográfico, globalização cultural e económica, mudanças tecnológicas e alterações na relação Estado/sector privado. Estas tendências levam ao nascer de um novo tipo de riscos, os riscos sistémicos, entendidos como os riscos que afectam os sistemas de que a sociedade depende, e que colocam novas perspectivas em relação à percepção do risco e novos problemas às suas estruturas de governação.

No 3.º capítulo é feita uma revisão dos conceitos de risco nas diferentes disciplinas e

áreas de aplicação, salientando cinco perspectivas unidimensionais do risco – técnica, económica, psicológica, da ciência social e da teoria social – e as perspectivas integradas, como a de amplificação social do risco.

No 4.º capítulo traça-se um quadro geral da governação do risco, assente nas relações entre os níveis horizontais e verticais. Nos primeiros incluem-se governos, agências, sociedade civil, sector industrial, ONGs e o mundo científico e académico. Nos segundos, definem-se as escalas geográficas desde a global à local. Evidencia-se a evolução de um entendimento tradicional da governação do risco, onde se definiam três fases (avaliação, gestão e comunicação) para um novo conceito de governação do risco que lida com o contexto factual e com o contexto sociocultural do risco. Referindo-se à abordagem (*framework*) de governação do risco do IRGC, afirmam que “this approach combines scientific evidence with economic considerations as well as social concerns and societal values and, thus, ensures that any risk-related decision draws on the broadest possible view of risk” (p. 53).

No segundo grupo (capítulos 5 a 8), descrevem-se as quatro fases que compõem o modelo de governação enunciado. Na fase de avaliação prévia a que se dedica o 5.º capítulo são incluídas as acções de aviso e alerta, algo que poderá ser menos consensual na sequência dos processos de gestão do risco, contudo entendível, tratando-se de uma tarefa que envolve os diferentes actores na identificação e compreensão de fenómenos ou processos de risco menos usuais e pouco compreendidos técnica e cientificamente, como sejam, por exemplo, as novas estirpes virais. Outra acção aqui incluída é a definição de convenções e regras que norteiem a fase seguinte de *risk appraisal*. Esta fase (6.º capítulo) é o momento em que se reúnem

² E. A. Rosa (1998), “Metatheoretical Foundations for Post-normal Risk”, *Journal of Risk Research*, 1(1), 15-44; E.A. Rosa (2003), “The Logical Structure of the Social Amplification of Risk Framework (SARF): Metatheoretical foundations and policy implications”, in N. Pidgeon, R.E. Kasperson e P. Slovic (orgs.), *The Social Amplification of Risk*. Cambridge: Cambridge University Press, 47-79.

todos os elementos do conhecimento necessários à avaliação, caracterização e gestão do risco. Neste sentido, deve ser englobado o conhecimento científico do processo de risco e a sua percepção por parte de todas as partes envolvidas, em toda a sua incerteza, complexidade e ambiguidade. No 7.º capítulo – caracterização e avaliação do risco – estudam-se as metodologias de avaliação da aceitabilidade e tolerabilidade do risco. A caracterização refere-se à recolha de evidências científicas sobre o processo de risco, enquanto a avaliação é um conceito mais amplo que se refere à consideração dos valores que influenciam o nosso julgamento acerca do risco, incluindo a selecção da tecnologia a usar, a definição das necessidades sociais das comunidades, ou o potencial de substituição e de compensação do risco. Neste processo, os autores exemplificam o uso do método ALARP (*As Low As Reasonably Practicable*). Finalmente, o 8.º capítulo discute as estratégias de gestão definidas em concordância com o tipo de situação de risco – tolerável, intolerável e aceitável – e a natureza do risco quanto à sua perigosidade, vulnerabilidade e percepção – risco simples, complexo, incerto e/ou ambíguo. São identificadas as seguintes componentes de um processo de gestão, em consonância com o definido pelo IGRC: geração, avaliação, selecção e implementação das opções de gestão e respectiva monitorização. A análise custo-benefício e a análise de decisão são propostas como ferramentas de suporte à decisão.

Os capítulos 9.º e 10.º são exemplos da clarividência dos autores relativamente ao que defendem quanto aos princípios de actuação em gestão e governação do risco. A comunicação do risco é apresentada como tendo o objectivo último de auxiliar os *stakeholders* e o público em geral na compreensão da “rationale of a risk-based (risk-informed) decision” e de permitir

um julgamento equilibrado que reflecta a evidência factual sobre a matéria em jogo, na perspectiva dos seus próprios interesses e valores. No âmbito da participação pública e de *stakeholders*, o livro traz um aporte relevante que, após a revisão dos instrumentos de participação adequados a cada tipo de actor e de risco, culmina na explanação do modelo denominado *cooperative discourse*, modelo integrador dos diferentes instrumentos e respectivos tipos de discurso subjacentes – epistemológico, reflectivo e participativo.

Nos capítulos 11 a 13 discutem-se três estudos de caso de aplicação concreta do modelo cíclico de governação do risco: um relativo à governação do risco em relação às aplicações e implicações da nanotecnologia; outro sobre a actividade financeira/bancária retalhista e os seus impactos na segurança e bem-estar das comunidades face à criminalidade; e o último dedica-se aos riscos de exploração de petróleo no sector norueguês do Mar de Barents.

No último capítulo tecem-se as conclusões, sendo expressas as ideias principais dos autores. O conceito de risco não deve ficar restrito a análises probabilísticas e de peritos ou a cenarizações que não realçam aquilo que de facto os seres humanos valorizam. Por isso, é defendido um modelo de governação que dá importância ao contexto e às circunstâncias do momento na avaliação do risco e na definição das estratégias de gestão: alguns riscos menores podem não ser aceites pelas pessoas caso elas sintam que foram violadas nos seus valores fundamentais; por outro lado, riscos maiores podem ser aceites, se isso se traduzir em benefícios que justifiquem o risco.

São referidas algumas das dificuldades de aplicação do modelo que se relacionam com a imprevisibilidade e diversidade inerentes à nossa natureza de humanos:

as percepções baseiam-se parcialmente em ideias erradas ou na falta de conhecimento; os juízos feitos estão não raras vezes ligados a simbolismos apenas indirectamente relacionados com as vantagens ou desvantagens de um dado risco; a dificuldade que existe em compreender as preferências da população e em agregar as preferências individuais para o bem de todos; a (in)justiça dos métodos democráticos na decisão sobre problemas que afectam minorias; a atribuição do direito/responsabilidade de decidir sobre aspectos de risco ambíguos que afectam terceiros.

No campo político, é concluído que a sua acção deverá ser a de explicar antecipadamente aos potenciais afectados as vantagens e desvantagens, ou seja, os riscos e oportunidades das opções disponíveis,

garantindo-lhes desse modo a possibilidade de uma escolha racional.

Os caminhos apontados para a melhoria dos processos de governação passam pelo aumento do conhecimento em avaliação e percepção do risco, algo que se alcança com métodos melhorados de inclusão das preocupações, interesses e valores dos *stakeholders* e pelo aprofundamento dos métodos que proponham e testem as opções de redução do risco: “What risk managers need is a concept for evaluation and management that on the one hand ensures integration of social diversity and multi-disciplinary approaches, and, on the other hand, allows for institutional routines and standardized practices” (p. 2).

Pedro Pinto dos Santos

Brenda D. Phillips, Deborah S.K. Thomas, Alice Fothergill, Lynn Blinn-Pike (2010) (orgs.), *Social Vulnerability to Disasters*. Boca Raton, FL-EUA: CRC Press/Taylor and Francis Group, 392 pp.

Actualmente registam-se em todo o mundo um número cada vez mais elevado de desastres e cujo impacto na vida das populações e nos seus bens é cada vez maior. Num cenário de catástrofe é importante conhecer os recursos humanos disponíveis, os cenários possíveis, os grupos mais vulneráveis em relação aos diversos perigos e quais as suas principais fragilidades. O livro *Social Vulnerability to Disasters* apresenta-se como inovador na medida em que alia o conhecimento académico desenvolvido no âmbito do risco com o conhecimento prático. A obra em análise foi organizada por Brenda Phillips, Deborah Thomas, Alice Fothergill e Lynn Blinn-Pike e contou com a colaboração de autores provenientes dos mais variados quadrantes académicos e operacionais. As organizadoras do livro elegem, como principal objectivo deste, ajudar os leitores a

compreender as razões da existência de determinadas vulnerabilidades e o que pode ser feito a fim de promover a mudança, de modo a reduzir, em última instância, as vulnerabilidades e a construir capacidades. O livro encontra-se estruturado em três partes. Na primeira procura-se entender o conceito de vulnerabilidade social; na segunda é apresentada uma profunda sistematização das variáveis que contribuem para que determinados grupos sejam considerados socialmente mais vulneráveis; e a terceira parte, com o sugestivo título de “Building Capacity”, procura encontrar soluções no sentido de aumentar a capacidade de resposta perante desastres. A obra começa por uma abordagem conceptual, para depois assumir um cariz mais prático ao longo dos capítulos. A abordagem conceptual consiste numa descrição ou apreciação do estado da arte, sendo que os

aspectos mais interessantes e inovadores se encontram na parte em que a obra assume um cariz mais prático.

O livro em análise preconiza uma abordagem integrada dos aspectos físicos e sociais, não se limitando a identificar as populações que necessitam de assistência num cenário de catástrofe. Tem ainda em linha de conta as áreas com elevada perigosidade. Aliás, a identificação e a avaliação das perigosidades são classificadas como elementos básicos a incluir na avaliação da vulnerabilidade de uma comunidade. Para além disso, em alguns capítulos é salientada a importância da interdisciplinaridade entre as ciências sociais e físicas para a redução da vulnerabilidade, sendo apresentada, no capítulo 15, uma lista de passos considerados necessários para integrar estas áreas científicas na prática de gestão de desastre. Esta obra procura divulgar a vulnerabilidade social junto dos mais diversos públicos, desde o público de cariz académico até ao mais operacional. Apresenta uma análise aprofundada das variáveis relevantes para que determinados indivíduos sejam mais vulneráveis que outros; cada capítulo aponta sugestões de bibliografia

fundamental, vídeos, endereços electrónicos e questões para reflexão e revisão; além disso, oferece orientações para as operacionais responsáveis pela gestão do risco. São vários os livros que apontam, de modo breve, para a existência de grupos socialmente vulneráveis; contudo, este apresenta uma visão crítica, aprofundada e complexa da questão, associada a uma forte componente pedagógica. Pode-se referir a título de exemplo o capítulo 10, escrito por Betty Morrow (autora de materiais dos cursos da FEMA – Federal Emergency Management Agency), que chama a atenção para a necessidade de compatibilizar os materiais de sensibilização e sistemas de aviso da população com o seu nível de literacia. Aponta ainda soluções no sentido de que a informação abranja o maior número de pessoas e que o processo de gestão do risco tenha em conta a importante componente que é a participação pública.

Por tudo isto, o livro *Social Vulnerability to Disasters* constitui um guia estimulante e útil para os mais diversos públicos na área do risco.

Susana Freiria

James D. Faubion e George E. Marcus (orgs.) (2009), *Fieldwork Is Not What It Used To Be: Learning anthropology's method in a time of transition*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 231 pp.

Como se aprende a fazer trabalho de campo? Momento canónico na consolidação do trajecto pessoal e profissional do antropólogo, o trabalho de campo é considerado o rito de passagem na transição da juventude para a idade adulta. Se a tradição ainda é o que era, e, em certa medida, é-o com toda a certeza, aquela prática metodológica é o garante de um marcador antropológico de pertença à categoria estudantil e profissional. E tradicionalmente, aprende-se fazendo.

Contudo, a asseveração contínua do paradigma Malinowskiano tem sido ciclicamente colocada em causa, principalmente pelo surgimento de novos temas e campos de pesquisa que apelam à multidisciplinaridade e a abordagens simultaneamente locais e translocais para a compreensão de situações complexas. Aferir as barreiras, constrangimentos e recuos, mas igualmente novas (re)combinações e possibilidades da articulação entre esse paradigma, a antropologia e outras

epistemologias ao seu redor são alguns dos motivos que subjazem a esta obra.

Fieldwork Is Not What It Used To Be: Learning anthropology's method in a time of transition, é, de certo modo, uma actualização de *Writing Culture*, editado por George Marcus há cerca de três décadas e cuja colecção de textos, de antropólogos de referência, reflectiu as ansiedades decorrentes das alterações à prática do trabalho de campo num sistema mundo pós-colonial. A colectânea de ensaios que aqui revemos, apresentada por antropólogos da Universidade de Rice, ambiciona igualmente ser um ponto de inflexão na conceptualização metodológica da antropologia. Pretende adaptar os métodos e técnicas de investigação tradicionalmente associados em exclusivo à antropologia a essas “novas composições da matéria” (p. viii) como, por exemplo, os *Science and Technology Studies* (STS). Estes são mote recorrente ao longo do livro, fundamentalmente por duas razões: i) a maioria dos temas de pesquisa antropológica apresentados englobam aspectos de ciência e tecnologia; ii) a aproximação dos STS à prática antropológica abre possibilidades de colaboração e de repensar o significado dessa mesma prática.

Nesta conjuntura inovadora, importava então, e em primeiro lugar, reavivar fantasmas antigos, implicando simultaneamente algumas questões decorrentes de um contexto mutável, como sejam: qual o capital que a etnografia traz para a investigação colectiva, enquanto se tenta definir um novo situar das fronteiras e de identidades disciplinares? Poderá ser o trabalho de campo uma ferramenta a utilizar, indiferentemente, por antropólogos e equipas de investigação multidisciplinares? Como? E que impacto terá essa utilização na antropologia, que sempre fez questão de reforçar a sua identidade com base na metodologia?

É consequentemente, desde o início, um “problemário”, no sentido em que, acoplado a um registo íntimo e onde a antropologia se encontra sempre presente (na sua própria mutação, ainda que verbalmente ausente), se distancia simultaneamente da mesma, para chegar a públicos para os quais o peso disciplinar não é/não foi tão intenso, mas para quem o trabalho de campo, se não fundamental, é ponto a explorar. Referimo-nos designadamente a equipas que pretendam adoptar esta metodologia e recolher o seu contributo para o desenho da pesquisa (*research design*) em projectos de investigação com equipas multidisciplinares (como é o caso dos autores desta recensão).

Tal arrolamento de dimensões permite-nos, ao longo da leitura, ir descortinando um livro denso e compósito, alimentando um imaginário de várias camadas em contacto permanente, das quais destacamos os ensaios intimistas de antropólogos em formação, a rica reflexão pessoal, epistemológica e pedagógica, o processo de investigação contemporâneo e a constituição da disciplina.

O livro é composto por três partes: 1) reflexões de antropólogos sobre as suas primeiras experiências de trabalho de campo; 2) a ética actual de ser antropólogo; 3) como ensinar trabalho de campo nos tempos de hoje. Na primeira parte, somos confrontados com relatos provocadores de estudantes da Universidade de Rice à volta de dilemas como o que conta como trabalho no trabalho de campo, o que fazer com os dados que (supostamente) não podem ser usados, a construção de éticas de investigação, a relação do antropólogo com o objecto de estudo, e o aprisionamento do antropólogo em situações indefinidas, perdido no caminho entre o eu e o outro, cativo de uma investigação que continuamente se foca e desfoca no processo de definição de objectos e objectivos.

São algumas experiências e relatos pessoais de estudantes de doutoramento que utilizaram o método etnográfico durante a elaboração das suas dissertações em antropologia para estudar casos contemporâneos, não antecipando as dificuldades e, conseqüentemente, sofrendo pelos desafios (considerados pelos próprios, em determinado momento, insuperáveis e academicamente *não rentáveis*) que encontraram pelo caminho. É dizer: aqui, ao contrário da esmagadora maioria de livros ou artigos, é permitido e rentabilizado o reconhecimento dos problemas com que se deparam investigadores em início de carreira, permitindo uma partilha empática dos mesmos, retirando-os de um “falhanço pessoal” e recolocando-os num quadro amplo de reflexão epistemológica. Este é um aspecto fulcral: ao contrário de uma investigação fechada, finalizada e limpa que nos é apresentada em 99% dos casos, aqui os dilemas são expostos e servem de base de reflexão, constituindo uma rara oportunidade de partilha, uma oferta inulgar de um investigador que se desnuda incomodamente antes do processo de pesquisa concluído.

Contudo, são esses momentos recorrentes que constituem o garante da reprodução das regras das “boas práticas do/a bom/a antropólogo/a”, possuindo pois uma vertente estratégica, na medida em que é nesta primeira abordagem ao terreno que surgem as questões sobre a pesquisa e conceitos que desafiam os cânones da investigação tradicional.

Na segunda parte do livro, à luz dos relatos apresentados, James Faubion reflecte sobre o que é ser um bom antropólogo actualmente. Usando como fio condutor a ética da conectividade, somos levados a pensar nos propósitos do projecto

antropológico de conhecimento, dos tempos clássicos às perspectivas críticas que se sucederam. O que conta como bom trabalho de campo é situado num triângulo moral-afectivo, epistemológico e ontológico, em que a concepção do projecto de investigação, a distância, proximidade ou colaboração estabelecida com “os outros” é entendida à luz da capacidade de produzir comensurabilidades e situar as dimensões do “caso” que estudam em relação a outros, mantendo viva a singularidade do caso particular numa topologia de relações, aberta a possibilidades de reconfiguração. Face a estes desafios, como ensinar o trabalho de campo? Na terceira parte do livro, dedicada a este tema, vários/as autores/as – entre as quais Kim Fortun, a autora de *Advocacy after Bhopal: Environmentalism, disaster, new global orders* – abrem as portas ao *making of* do processo de investigação, descrevem estratégias para dar forma a projectos etnográficos e disponibilizam acesso a recursos pedagógicos que fornecem a estudantes. Estas páginas finais estão repletas de informações que deverão fazer parte de qualquer seminário ou aula que seja baseada no ensino da metodologia do trabalho de campo.

Em suma, é um livro repleto de experiências, referências bibliográficas e recursos essenciais para a reflexão crítica, aprendizagem e ensino do trabalho de campo, constituindo o seu pragmatismo e interdisciplinaridade um valor acrescentado. A sua contemporaneidade não deverá deixar indiferente quer antropólogos, quer investigadores de outras áreas, que nele poderão encontrar nódulos de intersecção que em muito traduzem a complexidade dos temas de pesquisa actuais.

Carlos Barradas e Rita Serra

Elísio Estanque e Hermes Augusto Costa (orgs.) (2011), *O sindicalismo português e a nova questão social – Crise ou renovação?* Coimbra: Almedina/CES, 182 pp.

Sobre a urgência de um novo sindicalismo

A leitura do livro *O sindicalismo português e a nova questão social – Crise ou renovação?*, organizado por Elísio Estanque e Hermes Augusto Costa e editado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e pelas Edições Almedina, alerta-nos para a permanência da volatilidade do real, de como as noções de tempo e espaço mudaram. É quase já do senso comum a noção de como o tempo histórico se acelerou e como a noção de espaço implodiu. Não que não haja espaço, claro que há, mas a territorialização já não é relevante para a organização da vida. E a própria aceleração do tempo volatiliza a organização da vida.

É do senso comum também que a vida é a gestão do tempo e do espaço da existência de cada indivíduo. É nessa gestão do tempo de vida das pessoas, através do uso da sua capacidade racional, que consiste aquilo que se convencionou chamar civilização humana, história humana, sociedade humana. E a capacidade de racionalizar, de organizar, de conceber, de construir civilização é aquilo que se chama trabalho. Ora quando o tempo e o espaço se volatilizam, a organização do trabalho, tal como a conhecíamos, desestrutura-se.

Perante a aceleração do tempo histórico e pelo ter-se tornado desnecessário dominar o espaço, essa organização da sociedade e da construção de cultura, de civilização, muda radicalmente e a uma velocidade assombrosa, que consegue fazer várias vidas serem vividas numa só vida. Ou seja, a geração dos meus pais viveu uma Guerra Mundial, em que a recuperação das Forças dos Aliados teve como um dos momentos-chave a invasão da Normandia. As operações de guerra que levaram à vitória dos

Aliados e que envolveram esta operação de desembarque e de transporte de tropas prolongaram-se durante meses e anos até atingir o coração do nazismo em Berlim. Mas na geração dos meus pais, apenas quem ia ao cinema visualizou e reteve as imagens desta e de outras operações militares importantes através das filmagens da propaganda de Guerra. Já eu vi pela televisão – e estava numa sala de espera de um consultório médico a olhar para uma televisão ligada à BBC nesse momento, por isso vi mesmo – o segundo avião a embater nas *Twin Towers*.

Quando os meus pais tiveram a sua primeira máquina de lavar roupa de tambor e não de manivela e ela avariava, quem ia arranjar-la era um senhor electricista que trabalhava numa loja, de onde vinha lá a casa também um senhor canalizador; o primeiro andava sempre de fato-de-macaco azul, o segundo de fato-de-macaco cinzento. Quando a minha máquina de lavar roupa que é Bosch – nasci a ouvir dizer que “O que é Bosch é bom” pelo que sou a prova de que a publicidade é uma forma eficaz de propaganda –, mas quando a minha máquina avariou, liguei para um número de assistência e atendeu-me um senhor em Madrid, de um *call center* da Bosch na Península Ibérica, que mandou um técnico português a minha casa. O mesmo se passou com a minha caldeira da Vulcano, que quando comprei já sabia que não era mais uma marca portuguesa, pois tinha sido comprada pela Bosch.

Ora, quando os conceitos de espaço/tempo sofrem uma mudança radical, como a que vivemos, como é que vamos passar a gerir as nossas vidas? Como vamos passar a gerir a nossa forma útil e compensadora para a nossa sobrevivência de nos organizarmos

com os outros em sociedade? Como é que vamos, em suma, reorganizar o desempenho da nossa capacidade de construir cultura humana, a nossa capacidade de produzir, o nosso trabalho?

E é sobre isto que este livro levanta questões pertinentes e importantes com contributos de sindicalistas e de estudiosos do trabalho, conseguindo uma rara, em Portugal, junção entre teoria e prática, que é tão adversa à academia portuguesa e às organizações sociais, que insistem por de mais em estar de costas voltadas, o que é prejudicial para elas, mas também para a sociedade portuguesa.

Como responder à desestruturação das formas clássicas de representatividade social, quando as tradicionais formas de organizar a representatividade implodiram em microssegundos históricos, aos nossos olhos, nas nossas vidas, com a volatilização dos conceitos de espaço e de tempo, e virando-nos de cabeça para baixo, deixando-nos perdidos, atordoados, sem referências, sem rumo e sem objectivos?

Como organizarmos a gestão do tempo e do espaço das nossas vidas neste novo mundo acelerado e onde o imediatismo proporcionado pela internet e pelos telefones portáteis permite que sejamos massificados, condicionados, comandados, escravizados em novos moldes? Sem espaço próprio, sem privacidade, sem individualidade e, conseqüentemente, sem capacidade de organização para reagir? Que fazer perante a falência, a implosão das formas de representação tradicionais nas sociedades democráticas ocidentais do século XX – embora não só nessas – como os partidos políticos e os sindicatos?

É a estas perguntas que este livro procura responder. E partindo ainda da reflexão que a sua leitura suscitou, refiro alguns aspectos.

Parece incontornável a reorganização das formas de representatividade, como os

partidos e os sindicatos, em termos de resposta aos novos tempo de volatilidade e massificação. Neste domínio a importância da organização sindical é clara e advém apenas de uma perspectiva histórica. A melhoria dos patamares de vida das sociedades humanas nos séculos XIX e XX têm como base a luta dos movimentos operários e dos movimentos dos trabalhadores e esta luta é a luta sindical (chame-se ou não assim a cada momento). E mesmo a representação política específica em partidos dos interesses dos trabalhadores nasceu muitas vezes ou foi influenciada pela luta dos movimentos operários e de trabalhadores.

Uma melhoria da qualidade de vida que inclui naturalmente os direitos que agora são apontados pelos detentores do poder como excessivos e extravagantes e que são retirados perante uma sociedade onde as estruturas de representação dos trabalhadores estão sem capacidade de resposta e de luta. Até porque a luta obriga a que se adaptem à nova realidade. É essa perspectiva histórica que me leva a pensar que não só as estruturas de representação dos trabalhadores (chamem-se sindicatos ou outra coisa qualquer) são necessárias e obrigatórias, como também não podem esquecer a dimensão política e a dimensão social da luta que têm por obrigação desempenhar.

Faz parte do interesse das elites que dominam e possuem este novo mundo difundir a ideia, implantá-la na cabeça de todos e de cada um, que a política é para os políticos, que a política não presta, que a política é corrupta. Em suma, despolitizar a política. Uma missão que cumprem através das novas armas que massificação: a propagação da comunicação social e da publicidade. Mas, ao contrário do que os donos do mundo e as suas novas aristocracias proclamam, a política faz parte da vida, a história prova-o. Logo, a política tem que fazer

parte do movimento sindical. A política e a ideologia, na sua diversidade. E os sindicalistas e os trabalhadores não têm que ter dela medo, nem vergonha.

Não quero passar-me por radical. Mas faço apenas uma pergunta: o sindicalismo asséptico, o sindicalismo despolitizado, o sindicalismo do diálogo, o sindicalismo da concertação social, além do privilégio que dá às aristocracias sindicais de se sentarem à mesa das aristocracias patronais, para partilhar os despojos do dia, que meios tem de responder à voracidade com que o novo mundo destrói os laços sociais?

Não estou a fazer nenhuma defesa demagógica de novas formas de ludismo ou de revolta. Pelo contrário. É para evitar que a implosão do espaço e do tempo, que vivemos, rebente nas nossas caras, em revoltas e motins sem organização e sem objectivos, que penso que é preciso que as formas de representação dos trabalhadores se organizem. Que voltem a reorientar a bússola e dar um norte às pessoas.

E isso – de acordo com convicções que saíram reforçadas da leitura deste livro –, passa claramente pela organização política dos sindicatos, pela assunção do debate ideológico, mas também pela recuperação da dimensão de movimento social que a luta laboral já desempenhou noutras épocas. Chega de ficar presos a guerras e disputas e desconfianças do passado, que não trazem nada de positivo à sociedade portuguesa de hoje, antes podem ser responsáveis por paralisarem a capacidade de resposta sindical aos desafios de hoje. Assim como têm impedido a cooperação partidária à esquerda.

Falando de arcaísmos bloqueadores da acção, é também tempo de democratizar métodos de organização. Para quando a limitação de mandatos nas direcções dos sindicatos e das centrais sindicais? E, já agora, para quando a generalização do recurso a referendos internos?

Quando me refiro à necessidade do sindicalismo recuperar a dimensão política e de movimento social, refiro-me claramente à necessidade de o movimento sindical ser capaz de se organizar e de cooperar ou englobar ou fundir-se – sei lá eu a forma ou as formas que isso tomará – com os movimentos de precários. E refiro-me quer aos movimentos organizados, como os FERVE – Fartos Destes Recibos Verdes, os Precários Inflexíveis, as Intermitentes do Espectáculo, a ABIC – Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, como dos mais recentes e menos organizados, como o M12M, que nasceu, como o nome diz, do 12 de Março.

É preciso os sindicatos darem o salto e terem presente que a força do movimento operário foi sempre a da unidade dos diversos. É preciso os sindicatos terem consciência de que acabarão sozinhos, a receberem as esmolas da concertação social, se apostam apenas na defesa dos direitos dos trabalhos dos que têm direitos e não também na defesa de conquista de direitos pelos que não têm. Até quando vai durar o salário mínimo nacional? Quando cairá na mesa da negociação a “necessidade patriótica”, de acordo com os interesses das aristocracias do poder, de acabar com esse privilégios, essa “gordura” que o Estado garante?

Se os sindicatos ficam numa atitude socialmente defensiva e não socialmente agressiva, se não recuperam a sua dimensão política e social, se continuam a raciocinar em termos de tempo de trabalho de oito horas 5 dias na semana e no espaço da fábrica, do escritório e da loja. A maioria dos que trabalham, a maioria dos explorados, a maioria dos espoliados, a maioria das novas “vítimas da fome” e dos novos “famélicos da terra” não se sentirá representada.

A realidade laboral hoje também é – e é-o cada vez mais – a do teletrabalho e dos *call centers*, mesmo para dirigir o trabalho

a que se chama ainda hoje trabalho operário. E os sindicatos têm que se reinventar para continuarem a cumprir o seu papel histórico. Uma reorganização que terá de ter em conta a aceleração do conceito de tempo e a implosão do espaço. Daí que o sindicalismo tenha de abrir-se a novas formas de organização, em que penso que a internet terá um papel fundamental na criação de novas formas de organização em rede – como, aliás, é referido por alguns dos autores do livro.

A figura do delegado sindical na redacção do jornal onde trabalho, por exemplo, desapareceu. Isso não quer dizer que não haja Sindicato de Jornalistas e que os jornalistas do *Público* não possam ser e não sejam sindicalizados. Podem sê-lo e inscrever-se directamente sem a mediação do delegado. Mas têm de poder sê-lo também quando trabalham a contrato a prazo. Todos os trabalhadores – efectivos, precários e desempregados – têm de poder relacionar-se e vincular-se ao seu sindicato sem ter de passar pelo patrão, sem ter de declarar que são sindicalizados à empresa e autorizar que dos seus salários seja entregue a sua quota ao sindicato. Por muito prático que este sistema seja para o financiamento

dos sindicatos – porque garante as transferências mensais – não é um método viável e compatível com a realidade laboral de hoje em dia.

E é urgente reinventar as relações entre sindicatos e trabalhadores e adaptá-las à mudança que trouxe a aceleração do tempo e a desnecessidade de territorialização. Quando um jornalista pode fazer o seu trabalho em casa, quando uma fábrica de sapatos ou de tapetes paga à peça a trabalhadores que os fazem em suas casas, quando uma fábrica de automóveis apenas monta componentes que são fabricados em *outsourcing* ou por outras fábricas da mesma multinacional na outra ponta do mundo, quando o mecânico da máquina Bosch vem a casa, no Estoril, saído de uma qualquer localidade da zona de Lisboa, por marcação feita através de um *call center* em Madrid. Quando todos estes trabalhadores são pagos à peça, ao dia, ao serviço. Cabe aos sindicatos também tentar reinventar a figura do delegado sindical e recriar as redes de ligação entre estas pessoas em novos moldes, de modo a que elas se sintam representadas. E o sejam de facto.

São José Almeida